

## PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AOS ANÚNCIOS

N.º 001 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-03

**Tipologia:** Inovação em espaço marítimo

N.º 002 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-04

**Tipologia:** Qualificação Escolar e profissional Relacionada com Meio Aquático

N.º 003 / 2020 / Mar Açores Oriental - MAR20-S3-2020-05

**Tipologia:** Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos

N.º 004 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-06 - MAR20-S3-2020-06

**Tipologia:** Reforço da Competitividade da Pesca

N.º 005 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-07

**Tipologia:** Reforço da Competitividade do Turismo

N.º 006 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-08

**Tipologia:** Promoção de produtos locais de qualidade

N.º 007 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-09

**Tipologia:** Melhoria dos Circuitos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar

Solicita-se a prorrogação do período de apresentação de candidaturas estabelecido inicialmente no anúncio identificado em epígrafe, até ao dia 15 de março, ao abrigo da Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, que estabelece o regime de apoio à aplicação das tipologias previstas no âmbito do PO MAR 2020. Esta pretensão deve-se ao facto, das festividades do Carnaval decorrerem durante a vigência do aviso que inevitavelmente irá dificultar/condicionar a elaboração das candidaturas durante o período em causa.

O Órgão de Administração



João Bagnari Castro



## **Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas**

**N.º 005 / 2020 / Mar Açores oriental**

**Tipologia: Reforço da Competitividade do Turismo**

**Portaria n.º 61/2017, de 4 de agosto, alterada e republicada pela**

**Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio**

---

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, no âmbito da Reforço da Competitividade do Turismo, é efetuada no período compreendido entre os dias 10 de fevereiro a 8 de março de 2020, até às 17:59:59 horas (GMT Açores).

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

### **1. Legislação Aplicável**

O presente anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

### **2. Objetivos e prioridades visadas:**

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

Objetivos específicos:

- Diversificar a base económica das zonas costeiras, valorizando as atividades relacionadas com as pescas e o desenvolvimento de atividades complementares;
- Melhorar as condições de suporte ao desenvolvimento económico, incluindo a promoção, divulgação e comercialização de produtos.

### 3. Tipologia de operações a apoiar:

São suscetíveis de financiamento as operações que visem:

- Criação e ou dinamização de micro ou pequenas empresas, designadamente, no âmbito do alojamento local e da restauração, promovendo o turismo de âmbito local, configurando iniciativas de diversificação da atividade da pesca ou de complementaridade do rendimento do pescador;
- Criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio.

### 4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL Mar Açores Oriental, a saber:

Concelho	Freguesia
Lagoa	Vila Água de Pau
	Rosário
	Ribeira Chã
	Santa Cruz
Nordeste	Achada
	Achadinha
	Algarvia
	Lomba da Fazenda
	Nordeste
	Salga
	Santana
	Santo António, de Nordestinho
São Pedro de Nordestinho	
Ponta Delgada	Ajuda da Bretanha
	Candelária
	Vila das Capelas
	Fenais da Luz
	Feteiras
	Ginetes
	Livramento
	Mosteiros
	Pilar da Bretanha
	Relva
	Remédios
Santa Bárbara	
Santa Clara (Ponta Delgada)	



	Santo António São José (Ponta Delgada) São Pedro (Ponta Delgada) São Roque São Sebastião (Ponta Delgada) São Vicente Ferreira
Povoação	Água Retorta Faial da Terra Povoação Ribeira Quente
Ribeira Grande	Calhetas Conceição (Ribeira Grande) Fenais da Ajuda Lomba da Maia Lomba de São Pedro Maia Matriz (Ribeira Grande) Porto Formoso Vila de Rabo de Peixe Ribeira Seca Ribeirinha São Brás
Vila Franca do Campo	Água de Alto Ponta Garça Ribeira das Tainhas Ribeira Seca São Miguel (Vila Franca do Campo) São Pedro (Vila Franca do Campo)
Vila do Porto	Almagreira Santa Bárbara Santo Espírito São Pedro Vila do Porto

Indicador	Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada	
Nº empregos criados	Nº empregos criados	5
Nº empregos mantidos	Nº empregos mantidos	10
Nº empresas criadas	Nº empresas criadas	1
Nº empresas apoiadas	Nº empresas apoiadas	14
Nº operações ligadas ao turismo	Nº operações ligadas ao turismo	15

## 5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, podem beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

## 6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas nas orientações técnicas específicas emitidas pela Autoridade de Gestão fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

Despesas elegíveis	Despesas não elegíveis
Obras de adaptação/ modernização de edifícios e correspondentes projetos técnicos;	Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
Aquisição de equipamentos informáticos, hardware e software e criação de sítios na internet, relacionados com a atividade a desenvolver e sua instalação;	Aquisição de bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
Aquisição, adaptação e/ ou apetrechamento de embarcações com vista à sua utilização em atividades marítimo turísticas;	Equipamentos em estado de uso
Aquisição de equipamentos para a realização de desportos náuticos e de pesca turística. Quando estes incluam a aquisição de pranchas e de fatos de surf, o número máximo de fatos a adquirir não deverá ir além de 20% do número de pranchas;	Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria:
Criação de slogans, rótulos ou material de publicitário, necessários à realização de atividades promocionais, ligadas ao investimento objeto de apoio, desde que não relacionados com marcas comerciais;	Quando as despesas resultem de intervenções em unidades de alojamento local e outros empreendimentos turísticos e de restauração não são elegíveis: louças e objetos de vidro, elementos decorativos - incluindo tapeçarias, cortinados, roupas brancas, atalhados e candeeiros -, talheres e utensílios de cozinha e outros bens amortizáveis em menos de 4 anos.
Aquisição de equipamentos para realização de desportos náuticos e de pesca lúdica	Equipamentos obrigatórios ou que não vão além das exigências previstas na lei nacional ou da União.
Quando as despesas resultem de intervenções em unidades de alojamento local e outros empreendimentos turísticos ou de restauração a elegibilidade das despesas relativas a mobiliário, eletrodomésticos e afins é limitada à aquisição dos bens indispensáveis à operacionalização da unidade.	
Honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, para elaboração e acompanhamento da candidatura	
Outras que se considerem fundamentais ou imprescindíveis à natureza da operação	

## **7. Dotação orçamental:**

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de € 200 000,00 dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

## **8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:**

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

## **9. Forma e local de apresentação de candidaturas:**

As candidaturas são apresentadas e submetidas no **Portal do Mar2020** <https://balcaomar2020.pt/balcao/inicio/auth/login>.

## **10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:**

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.

A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação e do tipo de beneficiários, assim temos:

- É dispensada a análise económica e financeira para as operações de investimento elegível nas seguintes condições sendo aplicado a fórmula abaixo:
  - Singulares ou coletivas, do setor público;
  - Empresários individuais sem contabilidade organizada;
  - Sector cooperativo, social, com ou sem fins lucrativos para operações inferiores a 50 000€;
  - Beneficiários privados sem fins lucrativos com operações igual ou superior a 50 000€ é analisada a sustentabilidade da operação.



$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$

- Para operações de investimento elegível superior ou igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,25AT + 0,25AF + 0,5AE$$

São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da AF e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Candidatura com maior pontuação no AE1
- Candidatura com maior pontuação no AT2
- Candidatura com maior pontuação no AE2

Continuando a haver empates após a aplicação dos critérios anteriores caberá ao órgão de administração do GAL Pescas proceder ao desempate, tendo em conta qual o projeto que mais contribui para o alcance das metas e dos objetivos previstos.

–

#### 11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados tendo em conta:

Limite máximo de investimento elegível	Limite máximo do apoio concedido
€ 100 000,00	€ 85 000,00

Nos termos do artigo 9º da Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e da Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
Todos os beneficiários	85%
Organismo de direito público ou uma empresa encarregada da gestão de serviços de interesse económico geral	100%
Operação preveja o acesso do público aos seus resultados e satisfaça cumulativamente os seguintes critérios: seja de interesse coletivo; tenha um beneficiário coletivo; tenha características inovadoras, se for caso disso, a nível local.	

## 12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, um exemplo do formulário de candidatura, a lista de possíveis documentos a apresentar, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da Internet do GAL-Pesca Mar Açores Oriental, em [www.fund-rg.com/amao.html](http://www.fund-rg.com/amao.html) e no sítio da Internet do Mar 2020, em [www.mar2020.pt](http://www.mar2020.pt).

A falta de informação no formulário de candidatura poderá ser motivo de recusa do pedido de apoio.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca Mar Açores Oriental, através do endereço [amao@fund-rg.com](mailto:amao@fund-rg.com) ou pelo telefone 296 491 399.

Rabo de Peixe, 16 de janeiro de 2020

O Órgão de Administração



João Bagnari Castro



## Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AT – Análise Técnica							
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência	
<b>AT1</b> Qualidade da operação	70	<b>Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos</b> Pontua quando existe coerência entre a candidatura apresentada, os custos operacionais associados ao desenvolvimento das atividades previstas e os objetivos da operação	70	Totalmente Adequado	100	Formulário e Memória descritiva e anexos	
				Muito Adequado	75		
				Adequado	50		
				Não Adequado	0		
		<b>Qualificação dos recursos humanos envolvidos</b> Analisa a qualificação do beneficiário na área do investimento proposto, através da avaliação das habilitações literárias e da experiência profissional	15	Totalmente Adequado	100		
					Muito Adequado		75
					Adequado		50
					Não Adequado		0
		<b>Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação</b> Pontua quando se verifica que são mobilizados os meios técnicos e físicos necessários à adequada realização das atividades previstas	15	Totalmente Adequado	100		
					Muito Adequado		75
					Adequado		50
					Não Adequado		0
<b>AT2</b> Contributo da operação para os indicadores do Programa	30	<b>Criação/manutenção de emprego</b> Pontua conforme se trate de criação ou manutenção de postos de trabalho adequados às atividades a desenvolver	50	Totalmente Adequado	100		
				Muito Adequado	75		
				Adequado	50		
				Não Adequado	0		
		<b>Criação de empresas</b> Pontua a criação de uma nova empresa	50	Sim	100		
					Não	0	



A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise estratégica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE 1 Contribuição para os objetivos da EDL	60	<b>Relação do projeto com os objetivos da EDL</b> Pontua conforme a convergência da operação para os objetivos da EDL	100	Prossegue >=2 objetivos	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
				Prossegue = 1 objetivo	50	
				Não prossegue	0	
AE 2 Âmbito territorial	20	<b>Impacto do projeto</b> Pontua conforme seja o impacto do projeto no território	100	Internacional	100	
				Regional	95	
				Ilha	85	
				Concelho	75	
				Local	65	
				Sem impacto	0	
AE 3	20	<b>Animação Turística</b>	40	sim	100	
				Não	50	
		<b>Criação de Postos de Trabalhos</b>	30	>=3	100	
				>=1	50	
				Nenhum	0	
		<b>Responsabilidade Social</b>	10	sim	100	
				Não	50	
		<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	10	sim	100	
				Não	50	
		<b>Promoção e Sensibilização</b>	10	sim	100	
Não	50					

A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

- **Projetos com fins lucrativos >= 50.000 euros:**

VE – Análise económico-financeira					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AF1 Valor Atualizado	40	<b>VAL</b> (Valor Atual Líquido)	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			VAL = 0	0	
AF 2 Taxa Interna de Rentabilidade	60	<b>TIR</b> (Taxa Interna de rentabilidade)	TIR >= 1,5	100	
			TIR < 1,5	0	